

O profissional arquivista no telejornalismo: uma análise da práxis na produção jornalística¹

Paulo Henrique Rodrigues de SOUZA²

Paulo Eduardo Silva Lins CAJAZEIRA³

Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE

RESUMO

Este trabalho analisa a participação de profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação em setores arquivísticos do telejornalismo. Como objeto de análise, realizamos uma pesquisa documental e empírica com jornalistas e profissionais de Biblioteconomia atuantes na TV Verdes Mares, afiliada à TV Globo no Ceará, a fim de verificar os processos de arquivamento, indexação e recuperação da memória do telejornalismo local. Como pergunta-problema destacamos o seguinte questionamento: “como a atuação do profissional bibliotecário responsável pelo arquivo audiovisual noticioso de uma emissora de televisão contribui com as rotinas produtivas do telejornalismo?” Conclui-se que os bibliotecários/documentalistas, assim como designers e jornalistas, integram a redação de uma emissora de televisão como tecnoatores.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; Processos e práticas de produção; Documento Audiovisual; Arquivo de TV.

Introdução

Quem trabalha cotidianamente numa redação de telejornal já deve ter dito ou ouvido a seguinte pergunta: vai precisar de arquivo? Traduzido do jargão jornalístico, é costume, quando da discussão sobre uma determinada pauta, questionar-se acerca da

¹ Trabalho apresentado no GP de Telejornalismo, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri - UFCA, e-mail: paulo.souza@fapce.edu.br

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, e-mail: paulo.cajazeira@ufpel.edu.br

possível necessidade de imagens já captadas anteriormente e armazenadas nos centros de documentação de imagens e sons.

As chamadas reuniões de pauta são a origem comum de todo serviço noticioso: logo cedo, é imprescindível que jornalistas se reúnam para debater o dia anterior, as notícias publicadas nas primeiras horas do dia no próprio veículo e na concorrência e, a partir dessa análise, tomar a decisão de que conteúdo noticioso será produzido naquele dia. Numa emissora de TV, profissionais da produção e da chamada chefia de reportagem são os que, a partir da reunião de pauta, costuma demandar repórteres.

Cada repórter com a demanda do assunto ou assuntos do dia segue em missão com o objetivo de, em adotando as técnicas jornalísticas, apurar aquele tema e transformá-lo em notícia publicável. Além de profissionais da edição, produção e reportagem, essas reuniões são protagonizadas por jornalistas, mas podem até envolver profissionais de outras áreas técnicas, como arte, edição de imagens, tecnologia da informação. Porém, não há entre os profissionais citados qualquer que seja capaz de responder à primeira questão feita neste artigo: onde está o arquivo que será usado?

Os profissionais que trabalham nos centros de documentação audiovisual têm papel essencial na recuperação de documentos. Por isso, é espantoso constatar que um profissional dessa importância não seja pessoa assídua quando a pauta é debatida, nas reuniões de trabalho lideradas por jornalistas.

Este artigo tem como hipótese que a presença de profissionais da Biblioteconomia nas reuniões de pauta torna mais eficaz o serviço prestado nos centros de documentação audiovisual, e que a ausência de profissionais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em momento tão decisivo penaliza o próprio conteúdo telejornalístico.

Com intuito de debater essa questão, este artigo precisa, antes, fazer uma incursão teórica por conceitos que são basilares para a compreensão desta pesquisa, que pode ser localizada num ponto de interseção entre os campos BCI (Biblioteconomia e Ciência da Informação) e o Jornalismo, ambos abrigados pela grande área teórica da Comunicação e da Informação, conforme a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Análise conceitual essencial para entendimento do artigo

A abordagem começa pela busca de um conceito: o de informação. Depois, será dissecado o conceito de documento. Após isso, será a vez de aliar esse conceito ao termo

audiovisual, adjetivo que vai qualificar, separar, caracterizar um tipo de informação dos outros tipos. É aí que se forma o binômio documento audiovisual, que também é basal nesta pesquisa. Por último será abordado o conceito de arquivo de TV.

Posteriormente, serão analisadas as principais atividades desempenhadas por profissionais da Biblioteconomia dentro de um centro de documentação ou arquivo de TV. Depois da análise do que se pode chamar de atos bibliotecários, será debatido o modelo de tecnoatores, desenvolvido por pesquisadores em 2014 e que, por hipótese, presume-se abrigar também a pessoa bibliotecária.

Este artigo é uma contribuição ao percurso já aberto por pesquisas anteriores, porém sob nova perspectiva. A frente inaugurada aqui está ligada aos atos profissionais desempenhados por bibliotecárias, bibliotecários e outros profissionais da informação dentro de um conglomerado de mídia, que tem como principal produto jornalístico o telejornal de notícias locais.

Eis a colaboração pretendida neste artigo: contribuir para um novo olhar sobre a função bibliotecária dentro de uma organização dedicada ao jornalismo audiovisual e local, colocando a pessoa bibliotecária no centro da gestão de um dos principais ativos de uma organização: o patrimônio audiovisual.

Conceitos atualizados

O pesquisador Le Coadic (1994) sintetizou a informação enquanto conhecimento inscrito, gravado. Para o autor, a informação é o conhecimento que pode ser armazenado: na escrita, através dos números, oralmente ou de uma forma audiovisual – que é interesse central deste estudo.

O mesmo autor afirma também que a informação é um conhecimento passível de ser gravado em um suporte, inclusive um suporte que não precisa ser necessariamente um livro. Pode ser a tela de um telefone que caiba na mão, como é a tendência de consumo de mídia atualmente.

Da fase que enfatiza as características materiais, o conceito de informação migra para a fase que considera o processo cognitivo ou imaterial. É um momento centrado no usuário: a pessoa receptora da informação é que pode fazer com que ela se transforme em conhecimento. O sujeito não recebe a informação com passividade.

O conceito de informação é densificado pela ideia de que a informação em si não pode ser vista apenas como aquele conhecimento suscetível de ser fisicamente

armazenado. “É a partir desse estado de conhecimento que a informação se manifesta para além da sua forma física, podendo ser observada, na abordagem cognitiva, na mente dos usuários” (SOUZA, 2020, p. 40).

Constata-se aqui que o conceito de informação teve início no aspecto físico, valorizando o suporte, evoluiu do ponto de vista cognitivo, levando em consideração os aspectos da recepção. Vê-se aqui a constatação da presença da mediação entre o espectador e o meio de comunicação (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Como afirma Azambuja (2008), o homem não é apenas um animal político. O ser humano é também um animal metafísico, dotado de um universo particular, que pode moldar a maneira de ver o mundo e de entender uma informação. É com base nesse entendimento que está o conceito de informação sob o aspecto cognitivo.

A linha do tempo do conceito tem sequência. Depois da fase física e da fase cognitiva, será do ponto de vista social que surgirá o terceiro conceito de informação. Araújo (2010) explica que esse conceito é resultado de uma crítica ao conceito cognitivo, que apresentava a informação enquanto algo isolado. O conceito social pontua que a informação está inserida num contexto socialmente analisável composto por aspectos políticos, econômicos, culturais e midiáticos.

Compreende-se, assim, que a informação é a mensagem envelopada de maneiras diversas: por escrito, pelas ondas do rádio, através de uma foto, num meme, numa reportagem de TV. Entende-se também que essa mensagem pode não chegar ao receptor da maneira que saiu do emissor. Isso porque, no percurso, há um contexto social que interfere no que é dito. Além disso, na chegada ao receptor, a mensagem é recepcionada e filtrada pelo cipoal metafísico do espectador, que tem maneiras de entender, de desenvolver aquela mensagem e de transformá-la em conhecimento.

Feita essa consideração, é importante registrar que esta pesquisa se associa ao conceito apresentado por Souza (2020) e que pode ser resumido denominando o conceito de informação como sendo a mensagem registrada de diversas formas e que sofre alterações por parte do contexto social e da situação cognitiva de quem a recebe.

Além disso, é importante salientar que a informação jornalística, além de todas as características acima, está alicerçada em valores-notícia: atualidade, difusão, periodicidade, universalidade e resposta a uma necessidade social (POLONINI; SABBAG, 2019). Para Barbeiro (2011), a notícia é um fato que provoca interesse da sociedade. A notícia é uma forma original de ver um acontecimento que escapa da rotina,

do dia a dia. Uma informação só é noticiosa se tem algumas ou todas dentre as características citadas.

Este autor acrescenta ainda aos valores-notícia o apelo à curiosidade e o apelo de audiência. E aqui, para além do conceito de informação, é possível conceituar a informação jornalística enquanto aquela que é preenchida com valor-notícia e que pode ser armazenada, interpretada a partir da cognição de quem a recebe e influenciada pelo contexto social em que transita.

Para encerrar esta seção do artigo, é necessário pontuar que a informação que se analisa nesta pesquisa, além de ser jornalística, é também uma informação audiovisual, composta de sons e imagens sincronizados num mesmo documentos e transmitidos em conjunto.

Caldera-Serrano e Arranz-Escacha (2013) apontam porque a informação registrada em sons e imagens está entre as que mais despertam interesse da humanidade. Os autores afirmam que, na sua jornada pela informação, que pode ter começado pelas pinturas rupestres, o *homo sapiens* está numa etapa de consumo massivo da informação em formato audiovisual. Realmente, o cenário atual é marcado pela profusão de aplicativos de mensagens, redes sociais, endereços eletrônicos e ferramentas de vídeos por demanda, vetores de produção e distribuição de audiovisual.

“Pensar em informação e em entretenimento na sociedade atual em que o *homo videns* e o *homo digitalis* desbancaram por completo os antecessores é falar sobre a televisão como um elemento central, democratizador, universal e familiar” [tradução do autor] (CALDERA-SERRANO; ARRANZ-ESCACHA, 2013).

Documento: um conceito em construção

Frohmann (2008), em palestra proferida no Brasil em 2006, afirmou que o documento pode ser sintetizado enquanto “materialidade da informação”. Gomes (1967) já havia afirmado que o documento é uma peça que oferece prova sobre qualquer assunto. É como a janela que permite contemplar a informação. A noção de documento está diretamente vinculada a materiais físicos enquanto registradores de mensagens.

Quando se pensa em um arquivo de telejornal, é fácil imaginar aquelas fitas uma ao lado da outra, etiquetadas, organizadas em prateleiras. Essas fitas são vistas enquanto documentos que armazenam informação, nesse caso a informação é audiovisual e de interesse jornalístico. Brasil e Frazão (2012) também apresentaram um conceito de

documento, apresentando-o como o suporte que possibilita que o indivíduo tenha acesso à informação.

Num dos conceitos de documento mais recentemente analisados, Souza (2020, p. 53) afirma o seguinte:

[...] enquanto o arquivo se apresenta como um lugar (instituição), o objeto identificado e encontrado nesse arquivo é o documento, que pode ser de caráter físico ou digital. O arquivo tem a potencialidade não somente em realizar a salvaguarda, mas, também, de organizar e representar, primeiramente, esses documentos através de uma sistematização. Essa sistematização é feita por um profissional qualificado e habilitado (arquivista, bibliotecário, por exemplo). Esse documento pode assumir diferentes formatos como o audiovisual, sonoro, iconográfico - podendo ser encontrado em sua forma física ou digital.

Santos (2018, p. 80) é outro autor que abordou o conceito de documento, defendendo que é preciso superar a materialidade intrínseca.

De forma mais tradicional na literatura especializada, a partir da consideração, teorização e descrição de diversos pesquisadores, o Documento foi conceituado como informação escrita, objeto ou fato registrado materialmente, passível de utilização para estudos, consultas ou comprovações. Nessas conceituações clássicas, um fator aparece de forma inerente: sua materialidade, denotando conteúdo fixado e estabilizado em um suporte físico. As principais características identificadas nos conceitos de documento, como também no de informação, são materialidade e funcionalidade. O documento arquivístico, especificamente, é descrito como aquele que tem base física e função de registro, retenção, testemunho e guarda de memória de atividades realizadas por pessoas físicas e jurídicas.

Para esse autor, o documento perdeu essa necessidade de estar armazenado em suporte físico para possuir forma fixa e conteúdo estável.

[...] a sua constituição pode não estar cristalizada em um suporte materializado e resguardando-se sua fidedignidade e valor, a informação documental pode ser desvinculada de um meio físico; b) o valor informativo e/ou comprobatório independe do meio que propiciará a leitura de seu conteúdo; c) o Documento carrega informação inscrita em meio físico ou registrada eletronicamente, passível de utilização para estudos, consultas ou comprovações, preservando tais valores mesmo não portando fixidez e estabilidade de formato (SANTOS, 2018, p. 81).

Interessante lembrar que Otlet (1934) já afirmara que documentos superam a noção de palavras escritas e impressas. Ilustrações, figuras e até mapas são documentos porque o são quaisquer coisas que tenham valor de prova. No caso dos documentos digitais, eles sequer existem fisicamente: são um amontoado de pixels, o elemento de imagem das representações gráficas do mundo virtual.

Documento audiovisual: de documento especial a predominante

Definido o que é documento, é preciso conceituar o que se pode denominar de documento audiovisual. Para Caldera-Serrano e Arranz-Escacha (2013) há duas correntes dentro do conceito de documento audiovisual. Enquanto alguns autores englobam abaixo desse termo a gestão de documentos de imagem (como fotografia), de som (como a mensagem radiofônica) e da união dos dois, outros autores preferem falar que documentação audiovisual só vale quando som e imagem aparecem juntos, com esta predominantemente em movimento (e não estática, como nas fotos) e aquele sincronizado com esta. Audiovisual é o casamento da imagem com o áudio.

[Documento audiovisual é] aquele que é gerado e tratado nos Sistemas de Informação Documental Audiovisual, que contém imagens em movimento e áudio sincronizados, com a possibilidade de que não apareça o som, fixados em um suporte físico qualquer e que o percebamos através da visão e da audição (CALDERA-SERRANO; ARRANZ-ESCACHA, 2013, p. 22, tradução nossa).

Quem conhece um arquivo de TV sabe que os documentos abrigados neles têm informação audiovisual. Na maioria das vezes, quando se trata de telejornal local, como é o caso do objeto analisado neste trabalho, os documentos são compostos por informação com imagens em movimento, fala do repórter ou apresentador aparecendo predominantemente e áudio ambiente aparecendo de forma secundária, mas não menos importante.

Arquivo de TV: memória do telejornal e patrimônio público

Analisados os conceitos de informação, documento e documento audiovisual, é o momento de analisar o conceito de arquivo de TV.

[...] pode-se dizer que arquivo é uma coleção de documentos podendo abarcar os mais diversos formatos: escrito, iconográficos, sonoros ou audiovisuais (as imagens em movimento). Ele abriga as mais diversas informações tanto de forma física, virtual ou híbrida como ocorre, por exemplo, com as organizações jornalísticas que possuem os arquivos nesses dois modelos citados (SOUZA, 2020, p. 55)

Edmondson (2017) lembra que, nos primeiros anos do século XX, o documento audiovisual não era visto como algo que necessitava de ser armazenado. Registros sonoros e as imagens em movimento tinham valor enquanto entretenimento. Inclusive, também conforme o mesmo autor, foi essa vocação para entreter que fez acelerar o desenvolvimento do áudio e das imagens.

Porém, a ideia de armazenamento de áudio e imagens enquanto documentos de valor permanente é mais tardia, apesar de algumas experiências que podem ser consideradas exceção.

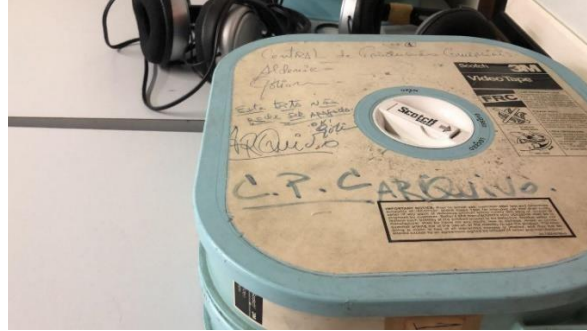
Algumas tentativas pioneiras foram feitas para que instituições especializadas reconhecessem o valor dos materiais audiovisuais. Por exemplo, em Viena, em 1899, a Österreichische Akademie der Wissenschaften (Academia Austríaca de Ciências) estabeleceu um Phonogrammarchiv (Arquivo de Fonogramas) com a finalidade de recolher registros sonoros etnográficos (provavelmente o primeiro arquivo sonoro estabelecido no mundo com essa finalidade expressa, arquivo até hoje em funcionamento). Ao mesmo tempo, em Londres, o British Museum (Museu Britânico) esboçou uma coleção de imagens em movimento de valor histórico, enquanto em Washington, a Library of Congress (Biblioteca do Congresso) perguntava-se o que fazer com as cópias em papel dos primeiros filmes recebidos para registro de direitos autorais (EDMONDSON, 2017, p. 31-32).

O mundo hoje é uma sociedade que aderiu à audiovisualidade. O áudio e o vídeo são duas formas de comunicação que parecem mais potentes na atualidade. Num país com alto índice de analfabetismo social como o Brasil, a audiovisualidade parece ainda mais essencial. Segundo Edmondson *et al.* (1998, p. 6), um arquivo de documentos audiovisuais “(...) é uma organização ou um departamento de uma organização que se foca em recolher, gerir, preservar e conceder o acesso a uma coleção de documentos audiovisuais e ao património audiovisual”.

O surgimento e a expansão dos arquivos de TV vêm do advento das tecnologias que permitiram a gravação dos vídeos. A partir daí, tornou-se possível montar a coleção que compõem os arquivos de televisão, conforme o que afirma Franqueira (2014). Para Pires Santos (2013), os arquivos de TV são ambientes de informação onde são desenvolvidas atividades que podem ser resumidas em registro das mídias, descrição, classificação, indexação e avaliação do conteúdo informacional. É importante afirmar que os arquivos de TV passam por um processo de evolução. Primeiro, houve um encolhimento dos suportes. As fitas foram ficando cada vez menores. Depois foram sendo substituídas por outros suportes, como o DVD e *Blu-ray*.

Num primeiro momento, a mesma tecnologia de filmes foi usada para os programas de TV. É o caso da foto abaixo, que registra um rolo de filme.

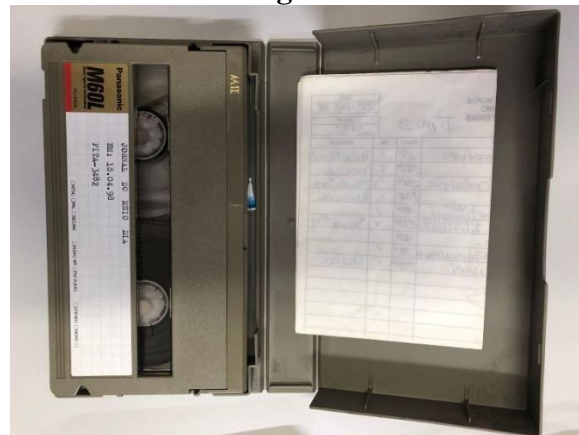
Figura 1 – película



Fonte: acervo próprio do autor (2022).

Os primeiros telejornais, inclusive no Ceará, eram feitos em rolos de filmes. Cada rolo de filme pesa pelo menos dois quilos. Com a evolução das mídias, as fitas foram tomando conta dos arquivos de TV: Umatic, M2, Beta, DVC, MiniDV.

Figura 2 – Beta



Fonte: acervo próprio autor (2022).

Figura 2 – DV e Beta



Fonte: acervo próprio do autor (2022).

Depois, houve a entrada do DVD e, atualmente, a mídia usada no arquivo em análise é o *Blu-ray*. Apesar de centro de documentação ser a denominação tecnicamente mais adequada para o ambiente de informação aqui analisado, o autor deste artigo enfatiza o termo Arquivo de TV por se tratar de denominação que se adapta ao jargão jornalístico e torna mais didático o entendimento da pesquisa ora apresentada.

Bibliotecários: tecnoatores na investigação jornalística

A pessoa bibliotecária é responsável pela guarda do que é produzido diariamente num telejornal. É esse profissional da informação que analisa atentamente cada notícia que vai ao ar, decupa, resume e dá a ela uma indexação que garanta a recuperação daquela informação, impedindo que ela se perca no emaranhado de tanta notícia que uma emissora de telejornal publica diariamente.

Para tanto, busca-se o apoio da teoria apresentada por Canavilhas *et al.*, (2014), que elabora a expressão tecnoator para designar dois tipos de profissionais que, com a emergência das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), ganharam relevância nas redações: os profissionais do *design* gráfico e os programadores.

Há uma interdependência cada vez maior entre jornalistas e especialistas de outras áreas, sobretudo designers multimídias e programadores responsáveis por lidar com áreas para as quais os profissionais da notícia não foram treinados. O choque entre as diferentes concepções e abordagens que cada área atribui à prática jornalística, bem como às noções de notícia, informação e comunicação, conduzem a uma série de questões que são essenciais para se compreender o futuro do jornalismo (CANAVILHAS *et al.*, 2014, p. 87).

Os autores defendem que esses profissionais são tecnoatores pois dominam linguagem e *softwares* necessários na interação com plataforma e aplicativos móveis. “Desde interfaces-padrão pré-desenhadas (templates), até a possibilidade de incluir hashtags e metadados associados ao conteúdo, designers e programadores influenciam diretamente na maneira como nos comunicamos” (CANAVILHAS *et al.*, 2014, p. 86).

Este artigo propõe incluir nesse rol o profissional da Biblioteconomia, que, antes mesmo de *designers* e programadores, já fazia a diferença no trabalho das redações. O próprio Canavilhas *et al.* (2014) cita outros atores fundamentais na rede produtiva. Para o autor desta dissertação, a pessoa bibliotecária também é ator essencial à rede produtiva do telejornalismo.

Como afirmam os próprios autores, tradicionalmente as pesquisas na área do Jornalismo têm privilegiado a abordagem centrada nos jornalistas. Porém, complementa

Canavilhas *et al.* (2014), é necessário incluir outros profissionais na investigação sobre o jornalismo. É, então, chegada a hora dos bibliotecários.

Uma organização jornalística é um ecossistema complexo de trabalho, movido por diferentes atores com distintas funções e responsabilidades. Estes autores promovem interações e negociações singulares, condizentes com os contextos econômicos, políticos e tecnológicos nos quais as organizações e os seus profissionais estão inseridos. A cooperação entre esses autores que atuam dentro e fora das redações visa alcançar o objetivo comum de criar e promover mecanismos de produção jornalística. No processo cooperativo, posicionam-se *designer* e programadores, além de profissionais do departamento comercial, a audiência e, claro, os jornalistas. Todos buscam acordos e normatizações para auferir informações relevantes (CAVAVILHAS *et al.*, 2014, p. 88).

O bibliotecário é um profissional essencial nesse ecossistema complexo, sendo o único dotado de técnicas de organização e recuperação da informação.

Apesar de toda a habilitação técnica que carregam, por que profissionais da Biblioteconomia não participam de reuniões de pauta? O autor deste artigo fez entrevistas não estruturadas com profissionais da Biblioteconomia reunidos no centro de documentação audiovisual de emissora local do Ceará. A necessidade de participação em reuniões de pauta é um relato comum entre profissionais da Biblioteconomia. Entre os motivos para que a participação seja assídua estão a possibilidade de acelerar a recuperação dos documentos audiovisuais necessários tomando conhecimento previamente das demandas através da reunião e a oportunidade que a reunião permite de aprimorar a decupagem e a indexação dos documentos audiovisuais que ainda serão produzidos.

Os profissionais da Biblioteconomia de um arquivo de TV

O autor reuniu-se em janeiro com 6 (seis) colaboradores de um arquivo de TV de uma emissora de telejornalismo local do Ceará. São 5 (cinco) bibliotecárias e 1 (um) estagiário de Biblioteconomia. O objetivo foi abordar em forma de entrevista não estruturada a necessidade ou não da participação de profissionais da Biblioteconomia nas reuniões de pauta. O grupo é heterogêneo na idade e nas funções. Duas bibliotecárias trabalham diretamente com o arquivo de TV, uma está prestes a se aposentar, e a outra está começando a carreira profissional. O estagiário de Biblioteconomia também exerce função no centro de documentação audiovisual da emissora. Já as outras duas bibliotecárias trabalham na pesquisa do jornal diário que faz parte do mesmo conglomerado de mídia. Uma dessas duas bibliotecárias é também gestora. Os nomes não serão informados.

A primeira pergunta feita às bibliotecárias e ao estagiário de Biblioteconomia foi a seguinte: como é hoje a relação entre bibliotecários e jornalistas, próxima ou distante? “Por e-mail. Telefone. Nós somos isolados do mundo. Aqui, nem quando o jornalismo era aqui nessa sala do lado, eles vinham aqui”, afirma a bibliotecária A, a mais experiente do grupo, prestes a se aposentar. Segunda pergunta: você acha que facilitaria participar da reunião de pauta? “Acho que não faria diferença. Eles deveriam dar atenção ao nosso sistema aqui. Eles não conhecem. Exigem demais. E não se interessam. Só querem pedir”, afirma a bibliotecária A. O estagiário de Biblioteconomia discorda, afirma que participar da reunião é um ato importante e cita prejuízos desse distanciamento:

“Tem alguns prejuízos para a própria indexação por causa desse distanciamento. Esse abismo que tem entre os dois profissionais acarreta a falta de precisão da indexação. Se tem uma matéria que fala sobre lotação nas UPAs [Unidades de Pronto Atendimento]. E o jornalista foi lá e ele não relatou, nem tem no *script* [programação de edição de textos] e nem foi ao ar, essa informação não vai ser indexada no sistema. Quando outro profissional precisar daquelas imagens específicas daquela UPA, a gente não vai recuperar porque existia um abismo e quem indexou não tinha essa informação. Na indexação vai ficar faltando o lugar onde fica aquela UPA.”

“Na TV, está saindo a reportagem, mas o bibliotecário tem que botar termos descritores para aquela recuperação. E o que ele está falando [em referência ao estagiário] é que faltam dados. Porque você faz sua matéria e a sua cabeça funciona de um jeito. Aí você vai precisar daquela matéria, vai dizer que lá tinha árvore antiga, mas que não foi falada de jeito nenhum. E nós bibliotecários não tivemos essa percepção”, afirma a bibliotecária B, que é gestora do centro de documentação. A bibliotecária C retoma a pergunta sobre a necessidade ou não de participação nas reuniões de pauta e afirma: “Em relação àquela pergunta, algumas [reuniões de pauta] eu acho que é fundamental.”

“O arquivo era para ser mais próximo da TV, de preferência no mesmo andar, seria maravilhoso. E um bibliotecário era para participar da equipe de cada telejornal, que é para ele saber aonde cada repórter vai para cada informação ser indexada no sistema porque, quando falta essa indexação, quando eles precisarem novamente, eles podem saber que eles foram, mas não vão ser recuperadas. Aí vai ter que o cinegrafista ser deslocado, vai gastar gasolina, o repórter vai também, é todo um efeito dominó. E as imagens existem, só que elas são quase impossíveis de serem recuperadas”, afirma o estagiário.

“Isso que ele está falando é verdade. Aconteceu até num jornal. Existe imagem por exemplo da fachada de um prédio. E eles saem para fazer imagens da fachada do mesmo prédio. E não é informado para a gente que eles estão saindo para fazer isso”, afirma a bibliotecária B. Com base no que foi afirmado pelas pessoas que debatem sobre a participação ou não de profissionais da Biblioteconomia no momento decisivo das reuniões de pauta, é possível listar os seguintes prejuízos: (i) falta de dados para indexação adequada, (ii) desperdício de tempo e dinheiro para imagem que já está armazenada, (iii) perda de informação não percebida por bibliotecários.

Considerações finais

Neste artigo, profissionais da Biblioteconomia são apresentados enquanto tecnatores do complexo ambiente midiático a partir da teoria apresentada por Canavilhas *et al.* (2014). Esses profissionais fazem parte do coletivo que é uma redação de telejornal local.

Conforme investigação realizada junto a profissionais, a ausência destes num encontro de decisão de conteúdo jornalístico, como é o caso das reuniões de pauta, torna menos efetivo o serviço de recuperação de informações por meio dos documentos audiovisuais e priva de melhor qualidade a indexação que será realizada a partir do conteúdo decidido na reunião. Esta pesquisa inaugura esse debate e propõe que pesquisadores dos campos BCI e Jornalismo participem do debate com o intuito de buscar soluções. Engana-se quem pensa que o trabalho de profissionais da Biblioteconomia se torna irrelevante com o avanço das Tecnologias Informação e Comunicação, a partir dos buscadores virtuais. O trabalho da pessoa bibliotecária continua sendo mais relevante.

O avanço da tecnologia sempre obriga o profissional da notícia a se atualizar porque a comunicação humana sofre influência das técnicas que permitem o armazenamento e a distribuição de notícias (THOMPSON, 1995; BRIGGS & BURKE, 2006). Além da operacionalidade própria de cada meio de comunicação, jornalistas lidam diariamente com plataformas digitais que impõem parâmetros para produção. Conforme Canavilhas *et al.* (2014), algoritmos estão pautando jornalistas, já que eles são orientados a noticiar o que causa engajamento nas redes sociais.

Já os bibliotecários podem agir de forma diversa e inalcançável pelos algoritmos. Os profissionais da Biblioteconomia podem pautar os jornalistas através do olhar que possuem sobre passado, já que mergulhar no pretérito é algo que a pessoa bibliotecária

faz diariamente e com o qual o jornalista e o espectador têm dificuldade em fazer. A memória está na sala do arquivo de TV e não nos corredores de uma redação jornalística.

Referências

ARAÚJO, C. A. Á. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZXSqTbWHpF6fhRm8b9fP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BARBEIRO, H. **Mídia training: como usar a imprensa a seu favor**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBOSA, M. Senhores da Memória. **Intercom. Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo. V. 18, n. 2, p. 84-101, jul.-dez. 1995.

BRASIL, A.; FRAZÃO, S. M. **Reflexões sobre o Acesso aos Arquivos de telejornais brasileiros**. Revista Sessões do Imaginário - Cinema | Cibercultura | Tecnologias da Imagem. v. 17, n. 28, 2012.

BRIGGS, A. BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 346p.

CALDERA-SERRANO, J.; ARRANZ-ESCACHA, P. **Documentación audiovisual en televisión**. Barcelona: Editorial UOC, 2013.

CANAVILHAS, J. *et al.* Jornalistas e tecnoatores: dois mundos, duas culturas, um objetivo. **Revista Esferas**, Brasília, v. 2, n. 5, pp. 85-95, 2014.

EDMONDSON, R. **Uma filosofia dos arquivos audiovisuais**. Paris: UNESCO, 1998.

EDMONDSON, R. **Arquivística audiovisual: filosofia e princípios**. Brasília: UNESCO, 2017.

FRANQUEIRA, A. **O Sistema de Gestão e Arquivo de Conteúdos da SIC - Sociedade Independente de Comunicação**: proposta de indicadores para medir a eficiência de um arquivo digital audiovisual, com base na análise de valor. 2014. Tese de Doutorado, Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares, 2014, 398 p.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (orgs). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GOMES, F. A. **Arquivos e documentação**. Rio de Janeiro, 1967.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1994.

PIRES SANTOS, F. E. **Documentos e informações audiovisuais: a teoria arquivística e as técnicas da Biblioteconomia aplicadas à organização de arquivos de TV.** Revista de Ciência da Informação. v. 14, n. 5, out. 2013.

POLONINI, J. F. G. SABBAG, D. M. A. **O valor patrimonial da informação jornalística: preservação da memória empresarial.** Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade. VIII. 2019.

SANTOS, H. P. **Mutações no conceito de documento: era digital e processo de redocumentarização.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 14, n. 1, jan./abr. 2018.

SOUZA, J. J. G. **O documento telejornalístico: proposta de representação temática no campo da informação audiovisual.** 2020. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2020.

THOMPSON, J. B. **The media and modernity: a social theory of the media.** Cambridge: Polity. 1995.